

## C.4 MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPV)

Deste quadro constam informações completas das tramitações das Medidas Provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para obter informações sobre as tramitações exclusivamente no Senado Federal veja quadro constante deste Relatório no que se refere ao Senado Federal.

<b>Total das Medidas Provisórias</b>	<b>104</b>
De anos anteriores – editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001	051
De 2007 (MPV nº 394 – eficácia suspensa - ADI nº 3964, de 2007)	001
De 2012 (MPVs nºs 575, 577, 578, 579, 581, 582, 584 à 602)	025
De 2013 (MPVs nºs 603 à 629)	027
<b>Apreciadas</b>	<b>034</b>
Aprovadas e promulgadas	005
Aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão - PLV)	024
Aprovadas na sessão legis. anterior (MPVs nºs 575, 577, 578, 579 e 584) public. da lei após término da sessão legislativa	005
<b>Não Apreciadas</b>	<b>014</b>
Perderam eficácia e arquivadas	012
Perderam eficácia (aguardando prazo de 60 dias – art. 11 da Resolução nº 1/2002)	001
Eficácia suspensa (MPV nº 394/2007 – ADI nº 3964, de 2007) – Prejudicada e arquivada	001
<b>Pendentes de apreciação ao final do período</b>	<b>056</b>
Tramitando (Casas separadas) – editadas após a publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001	005
Tramitando – editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001	051

### C.4.1 – Medidas Provisórias (MPV) recebidas de anos anteriores (editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32/2001).

<b>Nº</b>	<b>Mensagem</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
2.156-5, public. em 27/08/2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.253, de 31/05/2002, public. no DOU de 03/06/2002, regulamenta a MPV 2.156-5.  Alterados os arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º revogado o § único do art. 5º da MPV 2.156-5 pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, public. no DOU de 04/01/2007.  Alterados os arts. 3º e 4º; revogados o § único do art. 6º e o § único do art. 7º da MPV 2.156-5, pela Lei nº 12.712, public. no DOU de 31/08/2012 (oriunda da MPV 564/2012).
2.157-5, public. em 27/08/2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, public. no DOU de 03/06/2002, regulamenta a MPV 2.157-5.  Alterados os arts. 3º e 4º da MPV 2.157-5, pela Lei nº 12.712, public. no DOU de 31/08/2012 (oriunda da MPV 564/2012).
2.158-35, public. em 27/08/2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 73 da MPV 2.158-35, pela Lei nº 11.196, public. no DOU de 22/11/2005. (oriunda da MPV 255/2005).  Alterado o art. 56 da MPV 2.158-35, pela Lei nº 11.827, public. no DOU de 21/11/2008 (oriunda da MPV 436/2008).  Alterado o art. 18 da MPV 2.158-35, pela Lei nº 11.933, public. no DOU de 29/04/2009 (oriunda da MPV 447/2008).  Alterado o art. 56 da MPV 2.158-35, pela Lei nº 12.407, public. no DOU de 20/05/2011 (oriunda da MPV 512/2010).
2.159-70, public. em 27/08/2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.161-35, public. em 24/08/2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.162-72, public. em 24/08/2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.163-41, public. em 24/08/2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.164-41, public. em 27/08/2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 6º da MPV 2.164-41, pela Lei nº 11.788, public. no DOU de 26/09/2008.
2.165-36, public. em 24/08/2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.167-53, public. em 24/08/2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.168-40, public. em 27/08/2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.169-43, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.170-36, public. em 24/08/2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 6.467, de 30/05/2008, public. no DOU de 30/05/2008-Ed. Extra.  Acrescido o art. 5º-A à MPV 2.170-36, pela Lei nº 12.833, public. no DOU de 21/06/2013 (oriunda da MPV 600/2012).
2.172-32, public. em 24/08/2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.173-24, public. em 24/08/2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.174-28, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.177-44, public. em 27/08/2001 (Ret. no DOU de 24/09/2001 )	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.178-36, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.179-36, public. em 27/08/2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogados os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MPV 2.179-36, pela Lei nº 11.803, public. em 06/11/2008 (oriunda da MPV 435/2008).
2.180-35, public. em 27/08/2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.181-45, public. em 27/08/2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.183-56, public. em 27/08/2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 6.672, de 02/12/2008, public. no DOU de 03/12/2008, "Regulamenta o art. 6º da MPV 2.183-56, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências".
2.184-23, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973 e 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.185-35, public. em 27/08/2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Municípios.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 8º da MPV 2.185-35, pela Lei nº 10.690, public. no DOU de 17/06/2003 (oriunda da MPV 94/2002).  Alterado o art. 8º da MPV 2.185-35, pela Lei nº 11.131, public. no DOU de 04/07/2005 (oriunda da MPV 237/2005).  Alterado o art. 8º da MPV 2.185-35, pela Lei nº 12.348, public. no DOU de 16/12/2010 (oriunda da MPV 496/2010).  Alterado o inciso II do § 1º do art. 8º da MPV 2.185-35, pela Lei nº 12.462, public. no DOU de 05/08/2011/Ed. Extra e Ret. em 10/08/2011. (oriunda da MPV 527/2011).
2.186-16, public. em 24/08/2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.459, de 07/06/2005, public. no DOU de 08/06/2005 e retificado no DOU de 21/06/2005, que "Regulamenta o art. 30 da MPV 2.186-16, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências".  Decreto nº 6.915, de 29/07/2009, public. no DOU de 30/07/2009, "Regulamenta o art. 33 da MPV 2.186-16".
2.187-13, public. em 27/08/2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 8º da MPV 2.187-13, pela Lei nº 10.887, de 18/06/2004, public. no DOU de 21/06/2004 (oriunda da MPV 167/2004).  Revogado o art. 4º da MPV 2.187-13, pela Lei nº 11.430, public. no DOU de 27/12/2006 (oriunda da MPV 316/2006).  Revogados os arts. 3º (na parte que altera o art. 55 da Lei nº 8.212/1991); e 5º (na parte que altera os arts. 9º e 18 da Lei nº 8.742/1993), da MPV 2.187-13, pela Lei nº 12.101, public. no DOU de 30/11/2009.
2.189-49, public. em 24/08/2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.190-34, public. em 24/08/2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.192-70, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 26 da MPV 2.192-70, pela Lei nº 10.661, public. no DOU de 23/04/2003 (oriunda da MPV 97/2002).
2.196-3, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 6º da MPV 2.196-3, pela MPV nº 618, public. no DOU de 06/06/2013.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.197-43, public. em 27/08/2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 2º, da MPV 2.197-43, pela Lei nº 12.058, public. no DOU de 14/10/2009 (oriunda da MPV 462/2009).  Revogado o art. 2º da MPV 2.197-43, pela Lei nº 12.424, public. no DOU de 17/06/2011 – Rep. em 20/06/2011 (oriunda da MPV 514/2010).
2.198-5, public. em 27/08/2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.199-14, public. em 27/08/2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	O art. 23 da Lei nº 11.524, de 24/09/2007, public. no DOU de 25/09/2007 que altera a MPV 2.199-14/2001 foi vetado.  Alterado o art. 1º da MPV 2.199-14, pela Lei nº 12.546, public. no DOU de 15/12/2011 (oriunda da MPV 540/2011).  Alterado o § 3º do art. 1º da MPV 2.199-14, pela Lei nº 12.859, public. no DOU de 11/09/2013 (oriunda da MPV 613/2013).  Alterados os arts. 1º e 3º da MPV 2.199-14, pela Lei nº 12.712, public. no DOU de 31/08/2012 (oriunda da MPV 564/2012).
2.200-2, public. em 27/08/2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.206-1, public. em 10/09/2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.208, public. em 20/08/2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.209, public. em 30/08/2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.210, public. em 30/08/2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.211, public. em 30/08/2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.213-1, public. em 31/08/2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.214, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.215-10, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.184, de 05/04/2002, public. no DOU de 08/04/2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001."  Decreto nº 4.307, de 18/07/2002, public. no DOU de 19/07/2002, regulamenta a MPV 2.215-10/2001.
2.216-37, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra (Ret. no DOU de 24/09/2001 )	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 2º da MPV 2.216-37, pela Lei nº 11.516, public. no DOU de 28/08/2007-Ed.Extra (oriunda da MPV 366/2007).
2.217-3, public. em 05/09/2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 3º da MPV 2.217-3, pela Lei nº 11.297, public. no DOU de 10/05/2006 (oriunda da MPV 274/2005).
2.220, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.224, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.225-45, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.187, de 08/04/2002, public. no DOU de 09/04/2002, regulamenta os arts. 6º e 7º da MPV nº 2.225-45/2001.  Revogada a redação dada ao inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, pelo art.2º da MPV 2.225-45, pela Lei nº 11.094, public. no DOU de 14/01/2005 (Ret. no DOU de 17/01/2005) (oriunda da MPV 210/2004).
2.226, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.227, public. em 05/09/2001 -Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	-
2.228-1, public. em 10/09/2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 13 da MPV 2.228-1, pela Lei nº 10.871, public. no DOU de 21/05/2004 (oriunda da MPV 155/2003).  Alterados o parágrafo único do art. 44 e o art. 50, da MPV 2.228-1, pela Lei nº 11.329, public. no DOU de 26/07/2006.  Alterado o art. 50, da MPV 2.228-1, pela Lei nº 12.375, public. no DOU de 31/12/2010 (oriunda da MPV 499/2010).  Alterados vários artigos e revogado o art. 31, da MPV 2,228-1, pela Lei nº 12.485, public. no DOU de 13/09/2011.  Alterados vários arts. da MPV 2.228-1, pela Lei nº 12.599, public. no DOU de 26/03/2012 (oriunda da MPV 545/2011).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.229-43, public. em 10/09/2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Tramitando Art. 2º EC 32/2001	<p>Revogados o art. 68 e o Anexo XVI da MPV 2.229-43, pela Lei nº 10.470, public. no DOU de 26/06/2002.</p> <p>Alterados vários arts. da MPV 2.229-43, pela Lei nº 10.769, public. no DOU de 20/11/2003.</p> <p>Revogados os arts. 26, 27, 31, Anexo I e Anexo X da MPV 2.229-43, pela Lei nº 10.883, public. no DOU de 17/06/2004.</p> <p>Revogado o § 1º do art. 41 da MPV 2.229-43, pela Lei nº 11.034, public. no DOU de 23/12/2004 (oriunda da MPV 224/2004).</p> <p>Alterados os arts. 4º e 16, acrescido § 3º ao art. 37 e revogado o art. 24 da MPV 2.229-43, pela Lei nº 11.094, public. no DOU de 14/01/2005 (Ret. no DOU de 17/01/2005) (oriunda da MPV 210/2004).</p> <p>Revogados os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da MPV 2.229-43, pela Lei nº 11.526, public. no DOU de 05/10/2007 (oriunda da MPV 375/2007).</p> <p>Revogados os arts. 8º, 8º-A, 9º, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da MPV 2.229-43, pela Lei nº 11.890, public. no DOU de 26/12/2008 (oriunda da MPV 440/2008).</p> <p>Revogados os arts. 20, 21, 22 e 23 da MPV 2.229-43, pela Lei nº 11.907, public. no DOU de 03/02/2009 (Ret. no DOU de 04/02/2009) (oriunda da MPV 441/2008).</p>

### C.4.2 – Medidas Provisórias (MPV) com eficácia suspensa de 2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
394, public. em 21/09/2007	128/2007-CN (nº 703/2007, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Prejudicada Arquivada	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 20/11/2007. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 67, de 2007 - DOU de 09/11/2007).  Eficácia suspensa em 12/12/2007, tendo em vista deferimento de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3964, de 2007. (Public. no DOU de 07/02/2008).  Lido na sessão do SF do dia 09/09/2013, o Ofício nº 244, de 2013, do Presidente da Câmara dos Deputados comunicando a declaração de prejudicialidade, e arquivamento subsequente, da Medida Provisória nº 394/2007. (DSF 10/09/2013)



### C.4.3 – Medidas Provisórias (MPV) de 2012

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
575, public. em 08/08/2012	84/2012-CN (nº 354/2012 na origem)	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	Sancionada a Lei nº 12.766 de 27/12/2012 (DOU 28/12/2012)  (Aprovada na Sessão Legislativa anterior)	<p>Instalação da Comissão Mista: 19/09/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Assis Carvalho (PT/PI) -Vice-Presidente: Sen. Aníbal Diniz (PT/AC) -Relator: Sen. Sérgio Souza (PMDB/PR) -Relator Revisor: Dep. João Magalhães (PMDB/MG)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 33/2012-CN, apresentando o PLV nº 25/2012, em 13/11/2012. (DSF 15/11/2012)</p> <p>Aprovado o PLV nº 25/2012, na Câmara dos Deputados, em 20/11/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 25/2012, no Senado Federal, com alterações, em 28/11/2012.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações.</p> <p>Aprovada a emenda do Senado Federal ao PLV nº 25/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 07/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 42, de 2012 - DOU de 26/09/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
577, public. em 30/08/2012	89/2012-CN (nº 386/2012 na origem)	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.767 de 27/12/2012 (DOU 28/12/2012)  (Aprovada na Sessão Legislativa anterior)	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Fernando Ferro (PT/PE) -Vice-Presidente: Sen. Lídice da Mata (PSB/BA) -Relator: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR) -Relator Revisor: Dep. Lelo Coimbra (PMDB/PI)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 38/2012-CN, apresentando o PLV nº 29/2012, em 28/11/2012. (DSF 1º/12/2012)</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2012, na Câmara dos Deputados, em 04/12/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2012, no Senado Federal, em 13/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 29/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2012 - DOU de 19/10/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
578, public. em 31/08/2012– Ed. Extra	93/2012-CN (nº 399/2012 na origem)	Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.	<p>Sancionada a Lei nº 12.788 de 14/01/2013 (DOU 15/01/2013)</p> <p>(PLV nº 27/2012, vetado parcialmente – MCN nº 6/2013, nº 12/2013, na origem – Veto Parcial nº 6/2013)</p> <p>(Aprovada na Sessão Legislativa anterior)</p>	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. José Pimentel (PT/CE)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Afonso Florence (PT/BA)</p> <p>-Relator: Dep. João Magalhães (PMDB/MG)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Benedito de Lira (PP/AL)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 36/2012-CN, apresentando o PLV nº 27/2012, em 21/11/2012. (DSF 27/11/2012)</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2012, na Câmara dos Deputados, em 28/11/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17/12/2012.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados.</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2012, na Câmara dos Deputados, em 19/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 30/10/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 45, de 2012 - DOU de 19/10/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
579, public. em 12/09/2012	94/2012-CN (nº 404/2012 na origem)	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.	<p>Sancionada a Lei nº 12.783 de 11/01/2013 (DOU 14/01/2013)</p> <p>(Aprovada na Sessão Legislativa anterior)</p>	<p>Decreto nº 7.805, de 14/09/2012, public. no DOU de 17/09/2012, regulamenta a MPV 579/2012.</p> <p>Decreto nº 7.850, de 30/11/2012, public. no DOU de 30/11/2012 (Ed. Extra), regulamenta a MPV 579/2012.</p> <p>Alterado o art. 15 da MPV 579, pela MPV nº 591, de 29/11/2012, public. no DOU de 30/11/2012.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Jilmar Tatto (PT/SP)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Delcídio do Amaral (PT/MS)</p> <p>-Relator: Sen. Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 39/2012-CN, apresentando o PLV nº 30/2012, em 11/12/2012. (DSF 12/12/2012)</p> <p>Aprovado o PLV nº 30/2012, na Câmara dos Deputados, em 18/12/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 30/2012, no Senado Federal, em 18/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 11/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 46, de 2012 - DOU de 30/10/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
581, public. em 21/09/2012	99/2012-CN (nº 420/2012 na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.793 de 02/04/2013 (DOU 03/04/2013)  (PLV nº 32/2012, vetado parcialmente – MCN nº 20/2013, nº 110/2013, na origem – Veto Parcial nº 8/2013)	Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012  Composição: -Presidente: Dep. Pedro Chaves (PMDB/GO) -Vice-Presidente: Sen. Lúcia Vânia (PSDB/GO) -Relator: Sen. Delcídio do Amaral (PT/MS) -Relator Revisor: Dep. Policarpo (PT/DF)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 52/2012-CN, apresentando o PLV nº 32/2012, em 19/12/2012. (DSF 21/12/2012)  Aprovado o PLV nº 32/2012, na Câmara dos Deputados, em 19/02/2013.  Aprovado o PLV nº 32/2012, no Senado Federal, em 27/02/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 20/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 48, de 2012 - DOU de 12/11/2012).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
582, public. em 21/09/2012	100/2012-CN (nº 421/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.794 de 02/04/2013 (DOU 03/04/2013)  (PLV nº 1/2013, vetado parcialmente – MCN nº 21/2013, nº 111/2013, na origem – Veto Parcial nº 9/2013)	Decreto nº 7.854, de 04/12/2012, public. no DOU de 05/12/2012, - Dispõe sobre a depreciação acelerada de que trata a MPV 582, de 20/09/2012.  Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012  Composição: -Presidente: Sen. Walter Pinheiro (PT/BA) -Vice-Presidente: Dep. Vanderlei Siraque (PT/SP) -Relator: Dep. Marcelo Castro (PMDB/PI) -Relator Revisor: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 1/2013-CN, apresentando o PLV nº 1/2013, em 06/02/2013. (DSF 08/02/2013)  Aprovado o PLV nº 1/2013, na Câmara dos Deputados, em 20/02/2013.  Aprovado o PLV nº 1/2013, no Senado Federal, em 27/02/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 20/11/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 49, de 2012 - DOU de 12/11/2012).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
584, public. em 10/10/2012 – Ed. Extra	109/2012-CN (nº 450/2012 na origem)	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.	<p>Sancionada a Lei nº 12.780 de 09/01/2013 (DOU 10/01/2013)</p> <p>(PLV nº 26/2012, vetado parcialmente – MCN nº 1/2013, nº 1/2013, na origem – Veto Parcial nº 1/2013)</p> <p>(Aprovada na Sessão Legislativa anterior)</p>	<p>Instalação da Comissão Mista: 17/10/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Rodrigo Bethlem (PMDB/RJ)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ)</p> <p>-Relatora: Sen. Lidice da Mata (PSB/BA)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Edson Santos (PT/RJ)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 35/2012-CN, apresentando o PLV nº 26/2012, em 21/11/2012. (DSF 27/11/2012)</p> <p>Aprovado o PLV nº 26/2012, na Câmara dos Deputados, em 28/11/2012.</p> <p>Aprovado o PLV nº 26/2012, no Senado Federal, em 17/12/2012.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 09/12/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 52, de 2012 - DOU de 29/11/2012).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
585, public. em 24/10/2012	139/2012-CN (nº 486/2012 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	<p>Promulgada a Lei nº 12.789 de 21/02/2013 (DOU 22/02/2013)</p>	<p>Instalação da Comissão Mista: 13/11/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG)</p> <p>-Relator: Dep. Vicente Cândido (PT/SP)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Gim (PTB/DF)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 37/2012-CN, apresentando o PLV nº 28/2012, em 28/11/2012. (DSF 30/11/2012)</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 11/12/2012.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 20/02/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 23/12/2012. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 54, de 2012 - DOU de 11/12/2012).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
586, public. em 09/11/2012	140/2012-CN (nº 501/2012 na origem)	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.801 de 24/04/2013 (DOU 25/04/2013 – Ret. no DOU de 26/04/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 21/11/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Jesus Rodrigues (PT/PI)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Gim (PTB/DF)</p> <p>-Relator: Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Márcio Macedo (PT/SE)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 2/2013-CN, apresentando o PLV nº 2/2013, em 19/02/2013. (DSF 22/02/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 2/2013, na Câmara dos Deputados, em 26/02/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 2/2013, no Senado Federal, em 26/03/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 18/02/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 1, de 2013 - DOU de 07/02/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
587, public. em 12/11/2012 – Ed. Extra	141/2012-CN (nº 502/2012 na origem)	Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004.	Sancionada a Lei nº 12.806 de 07/05/2013 (DOU 08/05/2013)	<p>Alterados o art. 1º e parágrafo único e o art. 4º da MPV 587, pela MPV nº 603, de 18/01/2013, public. no DOU de 21/01/2013.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 21/11/2012</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Cyro Miranda (PSDB/GO)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Afonso Florence (PT/BA)</p> <p>-Relator: Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 4/2013-CN, apresentando o PLV nº 3/2013, em 06/03/2013. (DSF 08/03/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 3/2013, na Câmara dos Deputados, em 19/03/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 3/2013, no Senado Federal, em 04/04/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 21/02/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 2, de 2013 - DOU de 07/02/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
588, public. em 13/11/2012	142/2012-CN (nº 503/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica.	Sancionada a Lei nº 12.791 de 28/03/2013 (DOU 1º/04/2013)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 50/2012-CN, apresentando o PLV nº 31/2012, em 12/12/2012. (DSF 14/12/2012)</p> <p>-Relator: Dep. Zeca Dirceu (PT/PR) -Relator Revisor: Sen. Wellington Dias (PT/PI)</p> <p>Aprovado o PLV nº 31/2012, na Câmara dos Deputados, em 19/02/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 31/2012, no Senado Federal, em 05/03/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 22/02/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 3, de 2013 - DOU de 07/02/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
589, public. em 14/11/2012	143/2012-CN (nº 504/2012 na origem)	Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Sancionada a Lei nº 12.810 de 15/05/2013 (DOU 16/05/2013)  (PLV nº 4/2013, vetado parcialmente – MCN nº 32/2013, nº 182/2013, na origem – Veto Parcial nº 13/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Márcio Macêdo (PT/SE) -Vice-Presidente: Sen. José Pimentel (PT/CE) -Relator: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR) -Relator Revisor: Dep. João Magalhães (PMDB/MG)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 8/2013-CN, apresentando o PLV nº 4/2013, em 02/04/2013. (DSF 04/04/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 4/2013, na Câmara dos Deputados, em 10/04/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 4/2013, no Senado Federal, em 18/04/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 23/02/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 4, de 2013 - DOU de 07/02/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
590, public. em 30/11/2012	145/2012-CN (nº 520/2012 na origem)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.817 de 05/06/2013 (DOU 06/06/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Assis do Couto (PT/PR)</p> <p>-Relator: Dep. Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Sérgio Souza (PMDB/PR)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 13/2013-CN, apresentando o PLV nº 8/2013, em 23/04/2013. (DSF 24/04/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 8/2013, na Câmara dos Deputados, em 07/05/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 8/2013, no Senado Federal, em 08/05/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 11/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 5, de 2013 - DOU de 04/03/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
591, public. em 30/11/2012 (Ret. no DOU de 03/12/2012)	146/2012-CN (nº 521/2012 na origem)	Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Marcelo Castro (PMDB/PI)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ)</p> <p>-Relator: Sen. Acir Gurgacz (PDT/RO)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Fernando Ferro (PT/PE)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 6/2013-CN, concluindo pela prejudicialidade da Medida Provisória, em 20/03/2013. (DSF 26/03/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 11/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 6, de 2013 - DOU de 04/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 09/05/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 30/2013 - DOU de 03/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
592, public. em 03/12/2012 – Ed. Extra	151/2012-CN (nº 529/2012 na origem)	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <b>royalties</b> e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Vital do Rêgo (PMDB/PB)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Leonardo Picciani (PMDB/RJ)</p> <p>-Relator: Dep. Carlos Zaratini (PT/SP)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Wellington Dias (PT/PI)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 14/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 7, de 2013 - DOU de 04/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 12/05/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 31/2013 - DOU de 03/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
593, public. em 06/12/2012 (Ret. no DOU de 10/12/2012)	152/2012-CN (nº 539/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.816 de 05/06/2013 (DOU 06/06/2013)	<p>Lida em 12/12/2012, na sessão do SF, a Mensagem nº 560/2012, na origem, do Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, comunicando a retificação no DOU de 10/12/2012 da MPV 593. (DSF 13/12/2012)</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Izalci (PSDB/DF)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. José Agripino (DEM/RN)</p> <p>-Relator: Sen. Paulo Bauer (PSDB/SC)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Ronaldo Zulke (PT/RS)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 11/2013-CN, apresentando o PLV nº 6/2013, em 17/04/2013. (DSF 24/04/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 6/2013, na Câmara dos Deputados, em 08/05/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 6/2013, no Senado Federal, em 14/05/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 17/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 8, de 2013 - DOU de 11/03/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>



Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
594, public. em 07/12/2012	153/2012-CN (nº 541/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; e altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza a concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.	Sancionada a Lei nº 12.814 de 16/05/2013 (DOU 17/05/2013)  (PLV nº 5/2013, vetado parcialmente – MCN nº 34/2013, nº 189/2013, na origem – Veto Parcial nº 15/2013)	Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013  Composição: -Presidente: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ) -Vice-Presidente: Dep. Valmir Assunção (PT/BA) -Relator: Dep. Leonardo Quintão (PMDB/MG) -Relator Revisor: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 9/2013-CN, apresentando o PLV nº 5/2013, em 03/04/2013. (DSF 05/04/2013)  Aprovado o PLV nº 5/2013, na Câmara dos Deputados, em 10/04/2013.  Aprovado o PLV nº 5/2013, no Senado Federal, em 24/04/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 18/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 9, de 2013 - DOU de 11/03/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
595, public. em 07/12/2012	154/2012-CN (nº 542/2012 na origem)	Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.815 de 05/06/2013 (DOU 05/06/2013– Ed. Extra)  (PLV nº 9/2013, vetado parcialmente – MCN nº 44/2013, nº 222/2013, na origem – Veto Parcial nº 16/2013)	Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013  Composição: -Presidente: Dep. José Guimarães (PT/CE) -Vice-Presidente: Sen. José Pimentel (PT/CE) -Relator: Sen. Eduardo Braga (PMDB/AM) -Relator Revisor: Dep. Manoel Junior (PMDB/PB)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 14/2013-CN, apresentando o PLV nº 9/2013, em 25/04/2013. (DSF 27/04/2013)  Aprovado o PLV nº 9/2013, na Câmara dos Deputados, em 16/05/2013.  Aprovado o PLV nº 9/2013, no Senado Federal, em 16/05/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 18/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 10, de 2013 - DOU de 11/03/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
596, public. em 07/12/2012	155/2012-CN (nº 543/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573.330.080,00, para os fins que especifica.	Perdeu a eficácia  Arquivada	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 18/03/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 11, de 2013 - DOU de 11/03/2013).  A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 16/05/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 32/2013 - DOU de 03/06/2013)  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
597, public. em 26/12/2012– Ed. Extra	161/2012-CN (nº 602/2012 na origem)	Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.832 de 20/06/2013 (DOU 21/06/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Waldemir Moka (PMDB/MS)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Mauro Benevides (PMDB/CE)</p> <p>-Relator: Dep. Luiz Alberto (PT/BA)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Inácio Arruda (PCdoB/CE)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 12/2013-CN, apresentando o PLV nº 7/2013, em 18/04/2013. (DSF 24/04/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 7/2013, na Câmara dos Deputados, em 21/05/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 7/2013, no Senado Federal, em 28/05/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 12, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
598, public. em 27/12/2012– Ed. Extra	162/2012-CN (nº 612/2012 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e empresas estatais, para os fins que especifica.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 13, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 03/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 34/2013 - DOU de 06/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
599, public. em 28/12/2012	163/2012-CN (nº 615/2012 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>-Relator: Sen. Walter Pinheiro (PT/BA)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Josias Gomes (PT/BA)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 14, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 03/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 35/2013 - DOU de 06/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
600, public. em 28/12/2012 – Ed. Extra (Ret. no DOU de 03/01/2013)	168/2012-CN (nº 616/2012 na origem)	Altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; a Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; altera a Medida Provisória nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; altera a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.833 de 20/06/2013 (DOU 21/06/2013)  (PLV nº 10/2013, vetado parcialmente – MCN nº 53/2013, nº 255/2013, na origem – Veto Parcial nº 21/2013)	Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013  Composição: -Presidente: Sen. Delcídio do Amaral (PT/MS) -Vice-Presidente: Dep. Marina Santanna (PT/GO) -Relator: Dep. Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) -Relator Revisor: Sen. Ivo Cassol (PP/RO)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 16/2013-CN, apresentando o PLV nº 10/2013, em 08/05/2013. (DSF 15/05/2013)  Aprovado o PLV nº 10/2013, na Câmara dos Deputados, em 21/05/2013.  Aprovado o PLV nº 10/2013, no Senado Federal, em 28/05/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 15, de 2013 - DOU de 22/03/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
601, public. em 28/12/2012 – Ed. Extra (Ret. no DOU de 05/02/2013)	169/2012-CN (nº 617/2012 na origem)	Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do <b>caput</b> do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências.	Perdeu a eficácia  Arquivada	Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013  Composição: -Presidente: Dep. Paulo Ferreira (PT/SP) -Vice-Presidente: Sen. Ana Amélia (PP/RS) -Relator: Sen. Armando Monteiro (PTB/PE) -Relator Revisor: Dep. Alex Canziani (PTB/PR)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 15/2013-CN, apresentando o PLV nº 11/2013, em 08/05/2013. (DSF 10/05/2013)  Aprovado o PLV nº 11/2013, na Câmara dos Deputados, em 28/05/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 16, de 2013 - DOU de 22/03/2013).  A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 03/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 36/2013 - DOU de 06/06/2013)  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
602, public. em 31/12/2012 (Ret. no DOU de 03/01/2013) (Ret. no DOU de 15/01/2013)	170/2012-CN (nº 618/2012 na origem)	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 12.809 de 15/05/2013 (DOU 16/05/2013)	<p>Mensagem nº 13, de 15/01/2013, public. no DOU de 16/01/2013, da Presidente da República, comunicando ao Congresso Nacional que a MPV nº 602, foi retificada no DOU de 15/01/2013.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)</p> <p>-Relator: Dep. Beto Faro (PT/PA)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Aníbal Diniz (PT/AC)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 10/2013-CN, concluindo pela aprovação da Medida Provisória, em 10/04/2013. (DSF 11/04/2013)</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 23/04/2013.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 08/05/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 17, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p>

### C.4.4 – Medidas Provisórias (MPV) recebidas em 2013

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
603, public. em 21/01/2013	7/2013-CN (nº 14/2013 na origem)	Altera a Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, que autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002; amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; e estabelece medidas para aquisição de milho em grãos para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>A MPV 603 altera o art. 1º e parágrafo único e o art. 4º da MPV 587/2012.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Amauri Teixeira (PT/BA)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Humberto Costa (PT/PE)</p> <p>-Relator: Sen. Lobão Filho (PMDB/MA)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Alberto Filho (PMDB/MA)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 7/2013-CN, concluindo pela prejudicialidade da Medida Provisória e das emendas a ela apresentada, em 27/03/2013. (DSF 03/04/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 18, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 03/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 37/2013 - DOU de 06/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
604, public. em 21/01/2013	8/2013-CN (nº 15/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 361.368.057,00, para os fins que especifica.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 19, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 03/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 38/2013 - DOU de 06/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
605, public. em 24/01/2013	9/2013-CN (nº 16/2013 na origem)	Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Decreto nº 7.891, de 23/01/2013, public. no DOU de 24/01/2013, - Regulamenta a Lei nº 12.783/2013 e a Medida Provisória nº 605/2013.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 20/02/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Ana Amélia (PP/RS)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Valmir Assunção (PT/BA)</p> <p>-Relator: Dep. Alexandre Santos (PMDB/RJ)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Lobão Filho (PMDB/MA)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 17/2013-CN, apresentando o PLV nº 12/2013, em 15/05/2013. (DSF 18/05/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 12/2013, na Câmara dos Deputados, em 28/05/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 20, de 2013 - DOU de 22/03/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 03/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 39/2013 - DOU de 06/06/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
606, public. em 19/02/2013 (Ret. no DOU de 20/02/2013)	13/2013-CN (nº 39/2013 na origem)	Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.837 de 09/07/2013 (DOU 10/07/2013)  (PLV nº 13/2013, vetado parcialmente – MCN nº 57/2013, nº 280/2013, na origem – Veto Parcial nº 22/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/03/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Alexandre Santos (PMDB/RJ)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Luiz Henrique (PMDB/SC)</p> <p>-Relator: Sen. José Pimentel (PT/CE)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Zé Geraldo (PT/PA)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 18/2013-CN, apresentando o PLV nº 13/2013, em 15/05/2013. (DSF 18/05/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 13/2013, na Câmara dos Deputados, em 04/06/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 13/2013, no Senado Federal, em 12/06/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 20/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 21, de 2013 - DOU de 11/04/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
607, public. em 20/02/2013	14/2013-CN (nº 48/2013 na origem)	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza.	Perdeu a eficácia Arquivada	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/03/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Fabio Reis (PMDB/SE)</p> <p>-Relator: Dep. Assis Carvalho (PT/PI)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Paulo Paim (PT/RS)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 19/2013-CN, concluindo pela prejudicialidade da Medida Provisória e das emendas a ela apresentada, em 21/05/2013. (DSF 23/05/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 21/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 22, de 2013 - DOU de 11/04/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 19/06/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 40/2013 - DOU de 1º/07/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
608, public. em 1º/03/2013	15/2013-CN (nº 75/2013 na origem)	Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.	Sancionada a Lei nº 12.838 de 09/07/2013 (DOU 10/07/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/03/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Cláudio Puty (PT/PA)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ)</p> <p>-Relator: Sen. Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Alfredo Kaefer (PSDB/PR)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 22/2013-CN, apresentando o PLV nº 14/2013, em 05/06/2013. (DSF 11/06/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 14/2013, na Câmara dos Deputados, em 12/06/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 14/2013, no Senado Federal, em 18/06/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 30/04/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 23, de 2013 - DOU de 17/04/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
609, public. em 08/03/2013 – Ed. Extra (Ret. no DOU de 13/03/2013)	17/2013-CN (nº 82/2013 na origem)	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.839 de 09/07/2013 (DOU 10/07/2013)  (PLV nº 15/2013, vetado parcialmente – MCN nº 58/2013, nº 282/2013, na origem – Veto Parcial nº 23/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 20/03/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Ana Rita (PT/ES)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)</p> <p>-Relator: Dep. Edinho Araújo (PMDB/SP)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Lobão Filho (PMDB/MA)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 21/2013-CN, apresentando o PLV nº 15/2013, em 05/06/2013. (DSF 06/06/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 15/2013, na Câmara dos Deputados, em 11/06/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 15/2013, no Senado Federal, em 18/06/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 07/05/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 24, de 2013 - DOU de 25/04/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
610, public. em 04/04/2013 – Ed. Extra	21/2013-CN (nº 114/2013 na origem)	Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012, amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica, altera as Leis nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.844 de 19/07/2013 (DOU 19/07/2013 – Ed. Extra)  (PLV nº 17/2013, vetado parcialmente – MCN nº 62/2013, nº 292/2013, na origem – Veto Parcial nº 26/2013)	<p>Decreto nº 7.977, de 02/04/2013, public. no DOU de 04/04/2013 – Ed. Extra - Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013, e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para a safra 2011/2012.</p> <p>Instalação da Comissão Mista: 15/05/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Ilário Marques(PT/CE)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE)</p> <p>-Relator: Sen. Eunício Oliveira (PMDB/CE)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Paulão (PT/AL)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 24/2013-CN, apresentando o PLV nº 17/2013, em 09/07/2013. (DSF 10/07/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2013, na Câmara dos Deputados, em 10/07/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2013, no Senado Federal, em 11/07/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 03/06/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 26, de 2013 - DOU de 23/05/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>



Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
611, public. em 04/04/2013– Ed. Extra	22/2013-CN (nº 115/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 3.969.200.000,00, para os fins que especifica.	Sanccionada a Lei nº 12.851 de 02/08/2013 (DOU 05/08/2013- Ed. Extra)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 23/2013-CN, concluindo favoravelmente à matéria, em 18/06/2013. (DSF 19/06/2013)</p> <p>-Relatora: Dep. Gorete Pereira (PR/CE) -Relator Revisor: Sen. João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2013, na Câmara dos Deputados, em 25/06/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2013, no Senado Federal, em 11/07/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 03/06/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 27, de 2013 - DOU de 23/05/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CMO (art. 11, § 1, da Resolução nº 1/2002-CN).</p> <p>A Presidência comunica que recebeu o Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1.659/2013, encaminhando o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.058 de 2013, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Chico Alencar, apresentado nos termos do §1º do art. 11 da Resolução nº 1 de 2002-CN. (Sessão do SF 15/08/2013 – DSF 16/08/2013)</p> <p>Encaminhado o Ofício CN nº 733, de 13/09/2013, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término, do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 09/09/2013, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da MPV nº 611, de 2013, e o respectivo envio do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.058, de 2013, de autoria do Deputado Chico Alencar àquela Casa, para as providências cabíveis.</p>
612, public. em 04/04/2013– Ed. Extra	23/2013-CN (nº 116/2013 na origem)	Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO; e dá outras providências.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Instalação da Comissão Mista: 15/05/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) -Vice-Presidente: Dep. Vicente Candido (PT/SP) -Relator: Dep. Alfredo Kaefer (PSDB/PR) -Relator Revisor: Sen. Waldemir Moka (PMDB/MS)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 03/06/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 28, de 2013 - DOU de 23/05/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 1º/08/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 49/2013 - DOU de 07/08/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
613, public. em 08/05/2013 (Ret. no DOU de 16/05/2013)	30/2013-CN (nº 172/2013 na origem)	Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que específica, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.859 de 10/09/2013 (DOU 11/09/2013)  (PLV nº 20/2013, vetado parcialmente – MCN nº 85/2013, nº 390/2013, na origem – Veto Parcial nº 37/2013)	Lida em 17/05/2013, na sessão do SF, a Mensagem nº 35, de 2013 - CN (nº 184, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando a retificação no DOU de 16/05/2013 da MPV 613. (DSF 18/05/2013)  Instalação da Comissão Mista: 06/06/2013  Composição: -Presidente: Dep. Lucio Vieira Lima(PMDB/BA) -Vice-Presidente: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ) -Relator: Sen. Walter Pinheiro (PT/BA) -Relator Revisor: Dep. Vanderlei Siraque (PT/SP)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 29/2013-CN, apresentando o PLV nº 20/2013, em 20/08/2013. (DSF 21/08/2013)  Aprovado o PLV nº 20/2013, na Câmara dos Deputados, em 27/08/2013.  Aprovado o PLV nº 20/2013, no Senado Federal, em 29/08/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 07/07/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 41, de 2013 - DOU de 1º/07/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
614, public. em 15/05/2013	31/2013-CN (nº 181/2013 na origem)	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.863 de 24/09/2013 (DOU 25/09/2013)  (PLV nº 18/2013, vetado parcialmente – MCN nº 88/2013, nº 413/2013, na origem – Veto Parcial nº 39/2013)	Instalação da Comissão Mista: 06/06/2013  Composição: -Presidente: Sen. José Pimentel (PT/CE) -Vice-Presidente: Dep. Artur Bruno (PT/CE) -Relator: Dep. Roberto Santiago (PSD/SP) -Relator Revisor: Sen. Luiz Henrique (PMDB/SC)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 27/2013-CN, apresentando o PLV nº 18/2013, em 13/08/2013. (DSF 15/08/2013)  Aprovado o PLV nº 18/2013, na Câmara dos Deputados, em 20/08/2013.  Aprovado o PLV nº 18/2013, no Senado Federal, em 03/09/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 14/07/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 42, de 2013 - DOU de 05/07/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
615, public. em 20/05/2013 (Ret. no DOU de 21/05/2013)	36/2013-CN (nº 192/2013 na origem)	Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB; altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.865 de 09/10/2013 (DOU 10/10/2013)  (PLV nº 21/2013, vetado parcialmente – MCN nº 91/2013, nº 421/2013, na origem – Veto Parcial nº 40/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 06/06/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. João Arruda Lima(PMDB/PR)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE)</p> <p>-Relator: Sen. Gim (PTB/DF)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Josias(PT/BA)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 51/2013-CN, apresentando o PLV nº 21/2013, em 03/09/2013. (DSF 05/09/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 21/2013, na Câmara dos Deputados, em 09/09/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 21/2013, no Senado Federal, em 11/09/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 19/07/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 43, de 2013 - DOU de 16/07/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
616, public. em 31/05/2013 – Ed. Extra	39/2013-CN (nº 215/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.861 de 12/09/2013 (DOU 13/09/2013)	<p>Aprovado na CMO o Parecer nº 28/2013-CN, apresentando o PLV nº 19/2013, em 13/08/2013. (DSF 16/08/2013)</p> <p>-Relator: Sen. Casildo Maldaner (PMDB/SC)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Nilda Gondim (PMDB/PB)</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 28/08/2013.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 11/09/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 30/07/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2013 - DOU de 23/07/2013).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
617, public. em 31/05/2013 – Ed. Extra	40/2013-CN (nº 216/2013 na origem)	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona.	Perdeu a eficácia  Arquivada	<p>Instalação da Comissão Mista: 13/08/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Sen. Francisco Dornelles (PP/RJ)</p> <p>-Vice-Presidente: Dep. Colbert Martins (PMDB/BA)</p> <p>-Relator: Dep. Mário Negromonte (PP/BA)</p> <p>-Relator Revisor: Sen. Acir Gurgacz (PDT/RO)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 56/2013-CN, apresentando o PLV nº 24/2013, em 18/09/2013. (DSF 19/09/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 30/07/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 45, de 2013 - DOU de 23/07/2013).</p> <p>A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 27/09/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 55/2013 - DOU de 02/10/2013)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
618, public. em 06/06/2013	45/2013-CN (nº 231/2013 na origem)	Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências.	Sanccionada a Lei nº 12.872 de 24/10/2013 (DOU 24/10/2013)	<p>Instalação da Comissão Mista: 07/08/2013</p> <p>Composição:</p> <p>-Presidente: Dep. Afonso Florence(PT/BA)</p> <p>-Vice-Presidente: Sen. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)</p> <p>-Relator: Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO)</p> <p>-Relator Revisor: Dep. Júnior Coimbra(PMDB/TO)</p> <p>Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 55/2013-CN, apresentando o PLV nº 23/2013, em 17/09/2013. (DSF 18/09/2013)</p> <p>Aprovado o PLV nº 23/2013, na Câmara dos Deputados, em 18/09/2013.</p> <p>Aprovado o PLV nº 23/2013, no Senado Federal, em 1º/10/2013.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 05/08/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 46, de 2013 - DOU de 02/08/2013).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
619, public. em 07/06/2013 (Ret. no DOU de 10/06/2013)	49/2013-CN (nº 236/2013 na origem)	Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.873 de 24/10/2013 (DOU 25/10/2013)  (PLV nº 25/2013, vetado parcialmente – MCN nº 127/2013, nº 470/2013, na origem – Veto Parcial nº 45/2013)	Instalação da Comissão Mista: 07/08/2013  Composição: -Presidente: Sen. José Pimentel (PT/CE) -Vice-Presidente: Dep. Bohn Gass (PT/RS) -Relator: Dep. João Carlos Bacelar (PR/BA) -Relator Revisor: Sen. Sérgio Souza (PMDB/PR)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 57/2013-CN, apresentando o PLV nº 25/2013, em 24/09/2013. (DSF 25/09/2013)  Aprovado o PLV nº 25/2013, na Câmara dos Deputados, em 25/09/2013.  Aprovado o PLV nº 25/2013, no Senado Federal, em 1º/10/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 06/08/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 47, de 2013 - DOU de 02/08/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
620, public. em 12/06/2013 – Ed. Extra	50/2013-CN (nº 247/2013 na origem)	Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.868 de 15/10/2013 (DOU 16/10/2013)	Instalação da Comissão Mista: 14/08/2013  Composição: -Presidente: Dep. Rose de Freitas (PMDB/ES) -Vice-Presidente: Sen. Casildo Maldaner (PMDB/SC) -Relatora: Sen. Ana Rita (PT/ES) -Relator Revisor: Dep. Zezéu Ribeiro (PT/BA)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 52/2013-CN, apresentando o PLV nº 22/2013, em 03/09/2013. (DSF 05/09/2013)  Aprovado o PLV nº 22/2013, na Câmara dos Deputados, em 10/09/2013.  Aprovado o PLV nº 22/2013, no Senado Federal, em 17/09/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 11/08/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 48, de 2013 - DOU de 02/08/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
621, public. em 09/07/2013 (Republic. no DOU de 10/07/2013)	55/2013-CN (nº 276/2013 na origem)	Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.871 de 22/10/2013 (DOU 23/10/2013)  (PLV nº 26/2013, vetado parcialmente – MCN nº 125/2013, nº 465/2013, na origem – Veto Parcial nº 44/2013)	Decreto nº 8.081, de 23/08/2013, public. no DOU de 26/08/2013 e Rep. no DOU de 27/08/2013 - Altera o Decreto nº 8.040, de 8 de julho de 2013, que institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos, para dispor sobre o pedido de inscrição do registro provisório de médico intercambista, e dá outras providências.  Instalação da Comissão Mista: 14/08/2013  Composição: -Presidente: Sen. João Alberto Souza (PMDB/MA) -Vice-Presidente: Dep. Francisco Escórcio (PMDB/MA) -Relator: Dep. Rogério Carvalho (PT/SE) -Relator Revisor: Sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB/PR)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 58/2013-CN, apresentando o PLV nº 26/2013, em 1º/10/2013. (DSF 02/10/2013)  Aprovado o PLV nº 26/2013, na Câmara dos Deputados, em 09/10/2013.  Aprovado o PLV nº 26/2013, no Senado Federal, em 16/10/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 07/09/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 50, de 2013 - DOU de 27/08/2013).  Decorrido o prazo regimental, sem a edição de decreto legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
622, public. em 10/07/2013	56/2013-CN (nº 279/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 380.000.000,00, para viabilizar o pagamento de subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível da Região Nordeste.	Promulgada a Lei nº 12.877 de 31/10/2013 (DOU 1º/11/2013)	Aprovado na CMO o Parecer nº 60/2013-CN, concluindo pela aprovação da Medida Provisória, em 16/10/2013. (DSF 17/10/2013)  -Relator <i>ad hoc</i> : Dep. Danilo Forte (PMDB/CE) -Relator Revisor: Sen. Ivo Cassol (PP/RO)  Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 22/10/2013.  Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 30/10/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 08/09/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 51, de 2013 - DOU de 27/08/2013).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
623, public. em 19/07/2013 – Ed. Extra	61/2013-CN (nº 293/2013 na origem)	Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.	Perdeu a eficácia  Aguardando o prazo para edição de decreto legislativo que será encerrado em 24/02/2014, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).	Instalação da Comissão Mista: 07/08/2013  Composição: -Presidente: Dep. José Airton(PT/CE) -Vice-Presidente: Sen. Inácio Arruda (PCdoB/CE) -Relator: Sen. Cícero Lucena (PSDB/PB) -Relator Revisor: Dep. Manoel Junior(PMDB/PB)  Aprovado na Comissão Mista o Parecer nº 73/2013-CN, apresentando o PLV nº 27/2013, em 29/10/2013. (DSF 30/10/2013)  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 17/09/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 52, de 2013 - DOU de 05/09/2013).  A MPV teve seu prazo de vigência encerrado em 15/11/2013 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 60/2013 - DOU de 29/11/2013).
624, public. em 15/08/2013	71/2013-CN (nº 348/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.866 de 09/10/2013 (DOU 10/10/2013)	Aprovado na CMO o Parecer nº 53/2013-CN, concluindo pela aprovação da Medida Provisória, em 11/09/2013. (DSF 13/09/2013)  -Relator <i>ad hoc</i> : Sen. Wilder Moraes (DEM/GO) -Relator Revisor: Dep. Aelton Freitas (PR/MG)  Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 18/09/2013.  Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 08/10/2013.  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 14/10/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 56, de 2013 - DOU de 03/10/2013).
625, public. em 03/09/2013	77/2013-CN (nº 374/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.	Tramitando	Aprovado na CMO o Parecer nº 104/2013-CN, concluindo pela aprovação da Medida Provisória, em 03/12/2013. (DSF 05/12/2013)  -Relator: Dep. Lourival Mendes (PTdoB/MA) -Relator Revisor: Sen. Eduardo Suplicy (PT/SP)  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 02/11/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 57, de 2013 - DOU de 24/10/2013).
626, public. em 25/10/2013	126/2013-CN (nº 471/2013 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00, para o fim que especifica.	Tramitando	Aprovado na CMO o Parecer nº 89/2013-CN, concluindo pela aprovação da Medida Provisória, em 13/11/2013. (DSF 15/11/2013)  -Relator: Sen. Wilder Moraes (DEM/GO) -Relator Revisor: Dep. Bohn Gass (PT/RS)  Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MPV por 60 dias a partir de 24/12/2013. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 61, de 2013 - DOU de 12/12/2013).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
627, public. em 12/11/2013 (Republic. no DOU de 13/11/2013) (Ret. no DOU de 18/11/2013)	130/2013-CN (nº 498/2013 na origem)	Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior; e dá outras providências.	Tramitando	Lida em 20/11/2013, na sessão do SF, a Mensagem nº 133, de 2013 - CN (nº 510, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando a retificação no DOU de 18/11/2013 da MPV 627. (DSF 21/11/2013)  Instalação da Comissão Mista: 20/11/2013  Composição: -Presidente: Sen. Walter Pinheiro (PT/BA) -Vice-Presidente: Dep. Cândido Vaccarezza (PT/SP) -Relator: Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ) -Relator Revisor: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR)
628, public. em 29/11/2013	137/2013-CN (nº 537/2013 na origem)	Constitui fonte adicional de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.	Tramitando	Instalação da Comissão Mista: 11/12/2013  Composição: -Presidente: Dep. Luiz Sérgio (PT/RJ) -Vice-Presidente: Sen. Ana Rita (PT/ES) -Relator: Sen. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) -Relator Revisor: Dep. Rose de Freitas (PMDB/ES)
629, public. em 19/12/2013	142/2013-CN (nº 586/2013 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2013, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	Tramitando	-